

EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO:  
METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE AÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS  
Irene Alves de Paiva e Luiz Antonio Coelho da Silva

**EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO<sup>1</sup>:  
METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE AÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATORES  
SOCIAIS**

**AUTOMANAGEMENT EXPERIENCES:  
METHODOLOGIES AND PRACTICES ACTION IN THE TRAINING OF SOCIAL  
ACTORS**

Irene Alves de Paiva - UFRN  
Luiz Antonio Coelho da Silva - UFCG

## RESUMO

As experiências de economia solidária têm alcançado cada vez mais êxito, porém, para tanto, é fundamental que a gestão dos empreendimentos ganhe ares e um caráter autogestionário, em que os princípios de igualdade, solidariedade e democracia façam parte do dia a dia desses negócios. Este estudo teve como unidade de análise a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG), seu empreendimento Centro de Arte em Vidro e o Projeto Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, com ênfase em Economia Solidária para o Semiárido Paraibano. Além disso, sua base teórica leva em conta as concepções de Autogestão e de Economia Solidária. A questão central deste do estudo foi analisar as metodologias e práticas de ação desenvolvidas pela IUEES para compreender o processo de formação dos seus atores sociais no princípio da Autogestão. Este estudo possui caráter descritivo, exploratório, analítico, de natureza quali-quantitativa, sendo utilizados para coleta dos dados entrevistas semiestruturadas, registros fotográficos e análises documentais e bibliográficas. Concluiu-se, portanto, que a IUEES cumpre apenas parcialmente seu papel de propiciar a Autogestão em sua gestão, transpassando os conhecimentos autogestionários para seus empreendimentos, mas de forma descontextualizada e sem muita autonomia para os incubados. Os resultados alcançados indicam que a hipótese não pode ser confirmada, ou seja, existem várias mudanças sociais, políticas, educacionais e econômicas na vida dos atores sociais

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IV CESO – Ciclo de Estudos em Ciências Sociais. GT05: Divulgando estudos recentes em Ciências Sociais. Seminário Internacional Max Weber 150 anos. VII Colóquio Internacional de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Departamento de Ciências Sociais/UFRN. Natal, 15 a 17 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://cesoufrn.blogspot.com.br/>>.

incubados e até mesmo dos atores que compõem a incubadora solidária, porém de forma parcial e fragmentada, pois, mesmo com a melhoria da qualidade de vida, os atores sociais não podem ser considerados emancipados.

**Palavras-chave:** Autogestão. Economia Solidária. Incubadoras. Metodologias. Práticas de Ação.

## ABSTRACT

The solidarity economy experiences have achieved more and more success, but for this it is essential that the management of enterprises have some air and a self-managed character, where the principles of equality, solidarity and democracy are part of everyday life of these businesses. It had as the unit of analysis the Solidarity Economic Entrepreneurial Incubator of the Federal University of Campina Grande (SEEI/FUCG), your undertaking your venture Art Center in Glass and the Specialization Course Project for Youth and Adults with emphasis on solidarity economy to the semiarid of Paraiba; and as theoretical basis the concepts of self-management and solidarity economy. The main question of the study was to analyze the methodologies and action practices developed by SEEI to understand the process of formation of their social actors on the principle of Self-management. This study has descriptive, exploratory, analytical, qualitative and quantitative features, being used for data collection semi-structured interviews, photographic and documentary records and bibliographic analysis. It was concluded, therefore, that the SEEI complies only partly its role of providing the Self-Management in its management, running through the self-management knowledge of their projects, but decontextualized and without much autonomy to the incubated. The results obtained indicate that the hypothesis can not be confirmed, ie there are many social, political, educational and economic changes in the lives of incubated social actors and even the actors that make up the joint incubator, however partial and fragmented way, as even with the improved quality of life social actors can not be considered emancipated.

**Key-words:** Self-management. Solidarity Economy. Incubators. Methodologies. Action Practices.

## INTRODUÇÃO

A economia solidária tem conseguido se destacar como uma nova opção para os trabalhadores e os excluídos do sistema capitalista, os quais veem nessa nova

economia uma forma de ganhar a vida através de princípios solidários e autogestionários.

Sendo assim, este trabalho limita-se a fazer uma breve análise do empreendimento econômico solidário incubado pela incubadora solidária da Universidade Federal da Paraíba, observando o processo de emancipação dos seus atores sociais no ano de 2015.

O objetivo geral do estudo foi analisar as metodologias e as práticas de ação desenvolvidas pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande (IUEES/UFCG) para compreender o processo de formação dos seus atores sociais no princípio da Autogestão, tanto da IUEES como do Centro de Arte em Vidro (CAVI) e do Projeto Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos, com ênfase em Economia Solidária para o Semiárido Paraibano (EJA ECOSOL), *Campus Sumé-PB*. Seus objetivos específicos são: contextualizar a economia solidária no Brasil; diferenciar a economia popular da economia solidária e demonstrar o Centro de Arte em Vidro e o EJA ECOSOL, com viés emancipatório.

Este estudo possui caráter descritivo, exploratório, analítico, de natureza quali-quantitativa. Para a coleta dos dados, foram utilizados conversas informais, visitas, diálogos, registros fotográficos e análises documentais e bibliográficas sobre o tema CAVI e economia solidária.

Esta pesquisa se justifica pelo empenho dos pesquisadores em compreender o mundo da economia solidária e a autogestão, além de servir de base para novos estudos acadêmicos que podem propiciar a melhoria da gestão dos empreendimentos solidários e, conseqüentemente, melhorias sociais, econômicas e culturais para a sociedade.

Nesse contexto, a problemática da pesquisa teve como objetivo entender a seguinte questão: como o princípio da Autogestão é apropriado e vivenciado pela Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal de Campina Grande, pelo CAVI e pela EJA ECOSOL, *Campus Sumé-PB*?

Para uma melhor compreensão, este trabalho encontra-se dividido em introdução, estado da arte, estudo de caso, considerações finais e referências.

### A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

No Brasil, os processos históricos demonstram que o cooperativismo é considerado um fenômeno recente, composto por associações e cooperativas tidas como as principais formas de representação da economia solidária na atualidade. Esses agrupamentos humanos devem seguir os princípios de igualdade, solidariedade e autogestão em seu processo produtivo e de comercialização, aglutinando ideias e decisões coletivas.

A denominação cooperativa foi citada pela primeira vez na sociedade brasileira na constituição da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, fundada em 27 de outubro de 1889 na então província de Minas Gerais. Possuía como objetivo prestar assistência às viúvas dos sócios e aos seus sócios em caso de desemprego. Todavia, há indícios da existência de uma sociedade no formato cooperativista anterior a de Ouro Preto, denominada de Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, fundada em 1885, com 1.003 sócios já em 1894. Esta adotava os princípios cooperativistas e cuidava da educação, da saúde e da seguridade de seus membros (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Com a existência de alternativas cooperativistas, surgem os sindicatos no Brasil baseados nos movimentos operários da Europa, uma vez que esta já possuía um histórico de lutas trabalhistas por melhores condições de trabalho. De acordo com Arroyo e Schuch (2006, p. 30), “a conjuntura do século XIX, juntamente com o forte movimento migratório, trouxe para o Brasil os ideais socialistas de *Bakunin*, *Kropotkine* do sindicalismo revolucionário, preponderante entre os socialistas da Europa”. Ou seja, as presunções socialistas foram introduzidas no Brasil apenas nesse período, juntamente com a força dos sindicatos, que, a princípio, lutavam pelos direitos trabalhistas, mas que na atualidade primam principalmente pela manutenção do emprego. Os mesmos autores apontam ainda que o início do movimento sindical no Brasil se destinou a enfrentar os problemas das associações de classe operárias, considerando que as ligas operárias surgiram no final do

século XX, tornando-se sindicatos que lutam a favor da redução da jornada de trabalho, do aumento salarial e de melhores condições de trabalho. Conseqüentemente, com tais reivindicações, lutas e movimentos, surgiram novas associações, sindicatos e classes representativas de certas categorias que passaram a lutar por melhorias do trabalho, mais solidariedade e uma economia mais justa.

No Brasil, as ideias que associavam solidariedade a economia começaram a ser mais fortemente difundidas com a chegada das notícias da Revolução Francesa, propagandeada sob a insígnia Liberdade – Igualdade – Fraternidade, e ganharam expressão social e política em escala, sobretudo no final do século XX, com as ideias dos socialistas utópicos, com a vinda induzida dos imigrantes europeus, principalmente italianos e espanhóis, em cujos países de origem o anarco-sindicalismo era hegemônico, e com as notícias do sucesso cooperativo de *Rochdale*. Assim, se formaram e se espalharam sindicatos, cooperativas e ligas camponesas, fortemente ligadas entre si, e que fazem parte indelével de nossa história econômica e política (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 32).

Ou seja, o sucesso de Rochdale<sup>2</sup>, em Manchester na Inglaterra, serviu de modelo para as cooperativas de todo o mundo, e, por esse motivo, o Brasil conseguiu espalhar através dessas formas associativas ideias de luta e reivindicações que afloraram nos quatro cantos do país.

Sabe-se que nas últimas décadas do século XX houve uma reestruturação do mercado de trabalho e das empresas, que demitiram em massa, adotaram novas tecnologias e contrataram mão de obra terceirizada para exercer as tarefas que antes eram feitas pelos empregados efetivos dessas organizações, aumentando o desemprego, a contratação de cooperativas de trabalho, a utilização de trabalho infantil e de escravos para funções degradantes e o assalariamento informal.

---

<sup>2</sup> A cooperativa dos *Pioneiros Equitativos de Rochdale* de 1844 (Inglaterra) é considerada a principal cooperativa do mundo, seguindo de exemplo para todas as demais. Possuía em sua composição 28 (vinte e oito) operários qualificados em vários ofícios, que objetivavam tornar-se independentes e autossuficientes (SINGER, 2002).

EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO:  
METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE AÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS  
Irene Alves de Paiva e Luiz Antonio Coelho da Silva

Assim como nos países europeus e nos Estados Unidos, a economia solidária ressurgiu no Brasil como forma e alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 1980 – por parte tanto da iniciativa privada como do setor público – e diante da política de privatização que se iniciou com o presidente Fernando Collor de Mello e se instalou durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, levando a pobreza a se multiplicar em proporções até então jamais vistas (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 34).

Arroyo e Schuch (2006) demonstram que o Brasil seguiu a tendência mundial de trazer o ressurgimento da economia solidária nos momentos de crise e de desemprego crescente em grande parte dos países. Em contraponto, esse momento no Brasil foi marcado pelas privatizações neoliberais feitas pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) em dois governos nacionais, o que aumentou de forma abrupta os índices de pobreza e miséria no Brasil, ocasionando ainda crescimento do mercado informal e das demissões.

Surgem nesse mesmo período várias instituições representativas do movimento de economia solidária, como: a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), por iniciativa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se propôs a lutar pelos direitos trabalhistas e demonstrar que os sindicatos da época não estavam mais enfrentando os desafios e dilemas da classe trabalhadora; a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), que serve para mostrar que empresas falidas podem ser reerguidas pelos seus trabalhadores demitidos, capitalizados por fundos rotativos, tornando-se competitivos via a solidariedade entre os seus membros; a CÁRITAS (Entidade Católica) e a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que passaram a incluir em seus trabalhos os preceitos solidários nas comunidades; as universidades, que, através de incubadoras, começaram a fazer parte dos movimentos de economia solidária a partir da década de 1990, objetivando contribuir para a criação e gestão de grupos coletivos voltados para essa nova economia, originando, com isso, a Fundação Universitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e os grupos de pesquisa científica

voltados para os temas Economia Solidária e Autogestão (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Como órgãos de fomento à economia solidária no Brasil, destacam-se ainda: a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), que possui Paul Singer como principal propulsor e pai da economia solidária no Brasil, autor que tem muitas obras publicadas e êxito na luta por empreendimentos solidários nacionais e internacionais. Essa secretaria foi criada no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010), do Partido dos Trabalhadores (PT), político que teve como sucessora a presidenta Dilma Roussef, do mesmo partido, ambos com lutas em movimentos sociais. Todavia, há o Fórum Brasileiro de Economia Solidária como o movimento nacional mais importante, que culmina com a junção de vertentes como os empreendimentos solidários, as entidades de assessoria, as incubadoras, os gestores públicos, que se articulam de forma internacional para o Fórum Social Mundial (FSM), realizado em sua última versão em Túnis, na Tunísia, que contou com representantes do governo brasileiro, lutando conjuntamente com todos os outros países em prol de reflexões e alternativas para a sociedade civil mundial alcançar melhor qualidade de vida (ARROYO; SCHUCH, 2006).

Vale ressaltar que existiam também lideranças que apoiavam causas sociais, mas que nessa época ainda não havia a Economia Solidária de fato. Dentre esses líderes, destacam-se os socialistas utópicos, como Pierre-Joseph Proudhon, Mikhail Bakunin e Auguste Blanqui, que lutavam por uma sociedade mais justa, onde todos fossem ouvidos, apresentando desconfiança sobre a política e demandando um maior poder para as massas populares, que deveriam coordenar a política e a nação. Enfatiza-se também a existência dos anarquistas que participavam da vida e das lutas da comunidade a que estavam ligados e sabiam agitar na hora de reivindicar aumento salarial, de fazer greve, de protestar contra o poder do patrão e de denunciar a hipocrisia da hierarquia da Igreja. Entre os anarquistas, podemos citar: Edgard Leuenroth, J. Mota Assunção, Luiz Magrassi e Raimundo Soares (KONDER, 1995).

De forma geral, a Economia Solidária e a Autogestão estão inseridas em vários organismos que se propagam no Brasil com o enfoque autogestionário, tendo

sua dimensão adquirido grande espectro e ramificações em organizações demonstradas na Figura 1.

Figura 1 – Dimensão e potencialidade da economia solidária no Brasil



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2005).

Verifica-se a existência de vários órgãos fomentadores da economia solidária no Brasil, dentre os quais destacamos: o Governo Federal, a Rede de Gestores Públicos, a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), as empresas autogestionárias, as associações e os governos municipais, o que indica o seu crescimento nos últimos anos, em termos quantitativos de empreendimentos, na valorização social e na atuação das entidades de economia solidária, bem como nas condições de vida de todos os envolvidos nessa nova forma de ver a sociedade.

São várias as críticas feitas à economia solidária, conforme expostas aqui. Porém, é salutar enfatizar que essa economia, que começa principalmente nas classes pobres e excluídas da sociedade, tem seu espaço no mercado e, atualmente, já mostra resultados com a ajuda de políticas públicas, órgãos de fomento, a Igreja e outras instituições que veem nesse novo olhar econômico uma saída para a classe baixa. Vale lembrar que economia solidária não é uma economia de pobre, porém feita basicamente, em sua maioria, por pessoas pobres, visando o social, através de preceitos solidários, da autogestão e da capacidade de produção sem exploração, em que o ser humano torna-se o centro e o que de mais importante existe na consolidação da emancipação.

É importante perceber que devido aos incentivos do governo alguns empreendimentos se dizem de economia solidária para terem subsídios governamentais, mascarando muitas vezes a economia solidária no país. De forma minuciosa, são mostrados dados sobre a economia solidária no Brasil (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição regional dos empreendimentos de economia solidária em 2007

REGIÃO	QUANTITATIVO	%
NORTE	2.656	12
NORDESTE	9.498	43,5
SUDESTE	3.912	18
SUL	3.583	16,5

CENTRO-OESTE	2.210	10
BRASIL	21.859	100

Fonte: Atlas da economia solidária no Brasil – ANTEAG, 2009.

Em termos quantitativos, é notória a participação da maioria dos empreendimentos de economia solidária na região Nordeste, que é castigada pela seca, falta de políticas públicas adequadas, analfabetismo, fome e desnutrição, mesmo com políticas governamentais mitigadoras dessa situação, mas que vê na economia solidária uma forma alternativa de sair dessa condição, apresentando, por esse motivo, maior número de tais negócios. Na região Nordeste, há menos indústrias do que na região Sul e menos participação no Produto Interno Brasileiro (PIB) do que em algumas regiões do país, possuindo, inclusive, um grande percentual de classe baixa, o que faz aumentar a possibilidade de criação e gestão desse tipo de empreendimento.

Sendo assim, observa-se que a Economia Solidária apresenta cultura, identidade e características próprias, enquanto movimento social engajado na melhoria da qualidade de vida de seus associados e de suas famílias, tendo nas associações, fábricas recuperadas e cooperativas os seus maiores expoentes de solidariedade, autogestão e democracia, espaços onde os sentimentos de pertencimento, emancipação, não exploração devem fazer parte de seu cotidiano, ainda que muitas vezes apenas de forma parcial.

### **Economia popular e economia solidária: semelhanças e diferenças**

Neste trabalho, é interessante pontuar as semelhanças e as diferenças entre a economia popular e a economia popular solidária ou simplesmente economia solidária, já que ambas possuem pontos em comum e carregam em seu cerne a preocupação com o desenvolvimento local e a valorização do indivíduo. Com isso, cabe-nos melhor demonstrar seus conceitos e peculiaridades para que não incorramos em erros grosseiros academicamente, vislumbrando, assim, a

importância do mundo associativo ou cooperativo e salientando que ambas as economias se entrecruzam e têm seu aspecto social valorizado, o que revela a preocupação com a subsistência do trabalhador que busca através de qualquer alternativa livrar-se do desemprego, da fome e da exclusão a que está submetido.

Referindo-se ao conceito do termo popular, Arroyo e Schuch (2006) apontam que a ideia de popular trata de dois mundos diferentes: um composto por parcela da população que não sobrevive de comércios populares etc., que vendem produtos em feiras, comércios locais; e outro formado por artesãos, trabalhadores etc., que são despossuídos e excluídos do sistema capitalista, considerando ainda popular como uma posição política de compromisso e de identidade com todos os segmentos populares existentes, não excluindo os mais pobres.

A economia popular refere-se às atividades praticadas por parcela da população que abrange desde os desempregados (cidadãos fora do mercado de trabalho) até os excluídos do capitalismo, que procuram nesse sistema um modo de garantir a subsistência. “É aquela que de forma mais direta atende às necessidades e desejos da população. [...] Essa economia, de capital popular, vincula-se diretamente com a qualidade de vida da população e se distingue da outra, associada à acumulação do grande capital” (ARROYO; SCHUCH, 2006, p. 62).

Essa economia popular nasce do desejo das massas populares em ter uma forma de geração de renda e de subsistência e, geralmente, se mantém como trabalho informal em feiras, ruas, praças etc. Em contraposição, a economia solidária não é uma proposta da classe burguesa, mas sim da classe trabalhadora, existindo via associações, cooperativas ou fábricas recuperadas e primando pelos princípios de igualdade, solidariedade, democracia e autogestão, que vai desde a confecção do produto até a sua distribuição capitalista, seguindo regras individuais.

O debate sobre o conceito de economia solidária é muito recente e ainda possui questões em construção, as quais se inserem num contexto de um novo olhar sobre a economia e o protagonismo do trabalhador, sendo, portanto, uma

alternativa ao capitalismo, de socialismo real. Assim, vemos muitos conceitos de economia solidária, mas que se entrelaçam com pontos em comum.

Antes de explicar um pouco mais sobre a economia solidária, é importante enfatizar o que seja capitalismo, o qual, para Singer (2002), originou-se da produção simples de mercadorias, sem a separação da posse do bem dos meios de produção. Tal separação surge no funcionamento dos mercados, quando os vencedores da competição se apoderam dos meios de produção e de distribuição, não possibilitando chance de repartição de lucros, vendas etc.

Para Souza (2011), a primeira experiência cooperativista no século XX foi a Corporação Cooperativa de Mondragón, criada no ano de 1956, na cidade basca homônima, ao norte da Espanha, por iniciativa do padre católico José Arizmendiarrreta. Já no Brasil, o cooperativismo foi trazido pelos imigrantes europeus no século XX, sendo as primeiras cooperativas as de consumo, nas cidades, e as agrícolas, no meio rural. Expõe ainda que a economia solidária vem sendo empregada para identificar politicamente as iniciativas coletivistas de produção, comércio, consumo, poupança e crédito, balizadas por princípios idealmente igualitários e democráticos, recebendo diferentes nomes que aludem a uma “outra economia”, como a economia social, a economia do trabalho e a economia popular.

Em se tratando de economia solidária, Souza (2013) afirma que esta possui como eixo central o cooperativismo, nascido em alguns países da Europa entre os séculos XVIII e XIX, e que ganhou seu formato atual, com base em princípios norteadores, na Inglaterra, em 1844. Antes, haviam surgido experiências de cooperação econômica sem uma definição dos princípios que garantissem sustentabilidade futura e a preservação de valores ideológicos, denominadas de socialismo utópico.

A economia solidária se constitui em um modo de produção que vive ao lado do capitalismo, da produção estatal de bens e serviços, entre outros. Além disso, compõe a formação social capitalista, que é o maior modo de produção da atualidade, mas que consegue moldar a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses. Entretanto, verifica-se que, mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outras formas de

produção, porque é incapaz de inserir dentro de si a população ativa economicamente. Essa característica determina que o crescimento da economia solidária ocorre em função das crises sociais que a competição dos capitais privados ocasiona em cada país (SINGER, 2002).

Os militantes da economia solidária, formando discursiva, simbólica e institucionalmente o denominado campo social, buscam delimitar o que é distinto e contrário aos seus preceitos. Portanto, deve-se considerar que a economia solidária é distinta do cooperativismo corporativo tradicional, do cooperativismo fraudulento (pseudocooperativismo) e do terceiro setor e que valoriza a autogestão e a solidariedade em todos os seus processos (BOURDIEU, 1974).

No entanto, devemos trazer ao debate acadêmico algumas críticas à economia solidária e à sua forma de gerenciamento, como a de Wellen (2012), que declara que a economia solidária se relaciona com o sistema capitalista: de forma funcional, quando serve para legitimar o capitalismo; como impeditivo às revoltas organizadas pelos trabalhadores; ou quando representa uma força social na luta pela superação do capitalismo. Ainda segundo o autor, quando as cooperativas são eleitas autonomamente para resolver os problemas dos trabalhadores, servem mais para assegurar a permanência do capitalismo do que para ir de encontro ao sistema, motivo pelo qual a burguesia apoia e elogia essas iniciativas populares.

Para Singer (2002), a autogestão busca a eficiência nos empreendimentos solidários, os quais são economicamente produtivos, tornando-se centros de interação e de conceitos democráticos postos em vigor; diferentemente da heterogestão, que apenas busca tornar as empresas competitivas para satisfazer seus proprietários. Com a autogestão, os trabalhadores passam a ser mais livres, a ter poder de voto e de decisão, descentralizando as decisões e suas funções dentro do grupo; bem diferente da heterogestão, em que há hierarquia de funções, com a centralização das decisões e dos lucros, além da exploração dos trabalhadores.

### ANÁLISES E RESULTADOS

### **Estudos de caso: empreendimento de economia solidária, o Centro de Arte em Vidro (CAVI) em Campina Grande/PB**

Este projeto se desenvolve através do grupo CAVI, associação sem fins econômicos, intitulada *Associação de Catadores e Recicladores de Vidros e Outros Materiais (CAVI)*.

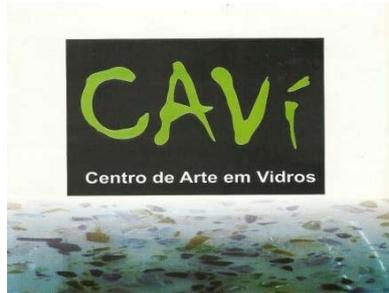
Apenas em 2013, com diversas formações, o grupo se organizou formalmente como associação. Foi criada por moradores do bairro Mutirão em Campina Grande e contava com 10 mulheres com idade entre 23 e 65 anos (atualmente conta com 08 mulheres), catadoras de resíduos sólidos (basicamente vidros) que servem de matéria-prima para os seus trabalhos. O motivo de as duas mulheres se desligarem do projeto levou em conta as seguintes questões: falta de diálogo, disputa de poder, discussões e embates internos. Tais questões provocavam a falta de união e de entendimento na tomada de decisão, o que gerou desconforto no grupo, culminando com a saída voluntária das duas recicladoras.

A equipe responsável pela incubação desse empreendimento é composta por alunos bolsistas e voluntários, além de professores e da coordenadora da IUEES.

Vale salientar que o grupo CAVI é formado apenas por mulheres, mas que a questão de gênero não é tida como ponto fundamental para esse trabalho, não gerando discussões a esse respeito. Todavia, é importante ressaltar que muitos empreendimentos solidários têm os homens como maioria. Esses dados estão em relatórios, *folders* e documentos da incubadora.

Figura 2 – Logomarca do Centro de Arte em Vidro (CAVI)

EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO:  
METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE AÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS  
Irene Alves de Paiva e Luiz Antonio Coelho da Silva



Fonte: *Folder sobre o grupo CAVI (2013).*

Essa unidade de beneficiamento foi criada em 2004 com o apoio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e implantada no bairro do Mutirão, em Campina Grande. Em 2007, o grupo CAVI passou a ser assessorado pela incubadora de empreendimentos econômicos solidários da UFCG. Sua localização fica na rua Rafaela Souza, s/n, Serrotão, no bairro Mutirão, em Campina Grande/PB.

Campina Grande/PB é uma das cidades mais importantes do interior do Nordeste, com clima tropical chuvoso e população de 385.213 habitantes (IBGE, 2010). Não possuía nenhum tipo de aterro sanitário e, por essa razão, todos os resíduos sólidos desse município eram jogados a céu aberto no denominado Lixão do Mutirão, com 35 hectares, criado em 1992 e desativado em 05/01/2012. Estava localizado a 8 km do centro urbano e 6,5 km do aeroporto João Suassuna. Não havia nenhum tipo de controle referente à saúde pública, o que provocava aumento das doenças. Existiam no bairro Mutirão pessoas excluídas do sistema, as quais somente tinham como forma de sobrevivência a reciclagem de material.

O aeroporto de Campina Grande (João Suassuna) registrou em 2008 duas ocorrências envolvendo aeronaves e urubus, tendo em anos anteriores várias colisões, sendo este um dos motivos para a extinção do lixão.

Quanto à destinação de resíduos sólidos de Campina Grande, sabe-se que estes vão para o aterro sanitário de Puxinanã, no qual são depositados não somente os resíduos sólidos de Campina Grande, mas também os de Puxinanã e os de Montadas, além dos oriundos de mais 10 empresas privadas, o que totaliza centenas de toneladas/mês de resíduos coletados.

O bairro Serrotão, em Campina Grande, contempla o bairro Mutirão do Serrotão, um dos mais pobres e violentos da cidade, onde se localiza o presídio do Serrotão, caracterizando-se como um bairro rural, com apenas uma linha de ônibus.

Os resíduos vítreos que chegam à unidade de beneficiamento são provenientes de doações, os quais são transformados de forma artística em artefatos, que geram trabalho e renda para os catadores.

A reciclagem de vidros é tida como uma alternativa para diminuir os impactos ambientais, pois proporciona a diminuição gradativa da quantidade de vidros em lixões e aterros sanitários, além de contribuir com a geração de trabalho e renda para as pessoas ligadas à área da reciclagem em todo o Brasil e no mundo.

Vale ressaltar que os vidros são 100% recicláveis, sendo usados para a confecção de produtos de utilidade variada, desde decoração até a utilidade doméstica, como cinzeiros, petisqueiras, enfeites e pratos de vidro.

Esse projeto objetiva até o presente momento promover a inclusão social e a melhoria nas condições de trabalho dos(as) catadores(as) através das metodologias e práticas de ação para a apropriação do princípio da Autogestão com os fins de emancipação e libertação dos atores sociais.

Em alguns momentos, esse grupo foi dividido entre homens e mulheres, com idade variada, baixo índice de escolaridade (a maioria ainda é analfabeta), os quais sobrevivem da catação dos resíduos sólidos e possuem residência fixa no bairro do Mutirão.

### **Visita ao Centro de Arte em Vidro – CAVI**

Na economia do conhecimento ou sociedade global em que vivemos, a educação é tida como educação bancária, referente ao ato de depositar, transferir, transmitir valores e conhecimentos, sendo valorizada a cultura do silêncio. Nessa educação bancária, o professor é aquele que sabe, que opta, que educa, ou seja, é o sujeito do processo. A concepção bancária dá ênfase à permanência, enquanto a concepção problematizadora reforça a mudança. Sabe-se que jamais haverá a

conscientização dos educandos através de qualquer processo que nada acrescenta, mas que apenas reproduz o que já existe. Na conscientização, é fundamental que os homens não estejam separados, mas juntos, para serem politizados, afirmando-se como homens, tendo em vista que na verdadeira educação o educador aprende com o educando também enquanto repassa e dialoga com seus conhecimentos e experiências (FREIRE, 2005).

A visita ao Centro de Arte em Vidro (associação) ocorreu no dia 23/04/2014, às 14h30min. Foram para a visita os pesquisadores e mais 02 (duas) alunas bolsistas da incubadora.

Vale mencionar que o galpão de confecção das peças foi cedido pelo Governo do Estado. Além disso, muitas recicladoras deixam suas crianças na escola antes de ir a associação e essas catadoras do grupo vão ter alfabetização de 8 meses.

A seguir, citaremos algumas falas das recicladoras. Todavia, não exporemos os seus devidos nomes. Algumas observações e falas relatadas em conversas informais pelas recicladoras foram: “as peças ficam em moldes; que as peças antes passavam 2 (duas) horas no forno, há 800 graus Celsius, mas agora são 3 (três) horas, o que faz as peças quebrarem, excesso de tempo”, dito por uma recicladora. As recicladoras reclamaram que é muito tempo agora, por isso racham as peças e que isso ocorreu depois da entrada da aluna no CAVI. A peça mais cara custa R\$ 60,00 e a mais barata é R\$ 15,00.

(RECICLADORA 1) – *“Quando aparece, nós vai para a exposição”,* ao falar do local onde podem vender os produtos confeccionados por essas mulheres.

(RECICLADORA 2) – *“Aqui não tem empregado, nem patrão”. “A gente trabalhava antes no lixão. A professora trouxe a ideia de reciclagem. Antes eram 52 pessoas”.*

(RECICLADORA 3) – *“Na minha casa quem manda sou eu”.*

Portanto, através de conversas informais, observou-se que as condições de trabalho do CAVI ainda são um pouco precárias, faltando alguns materiais, mais

treinamentos e cursos de qualificação, além de a infraestrutura das salas ser um pouco deficitária.

### **Estudos do caso: Projeto Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária**

Detalharemos a seguir como foram realizadas reuniões, capacitações, planejamentos, seminários, treinamentos e formações para os professores, coordenadores e técnicos, além dos relatórios e atividades que continham objetivos propostos e alcançados, os quais fizeram parte do Curso de Especialização EJA ECOSOL, perfazendo os percursos de formação e suas devidas análises.

Essas metodologias e práticas de formação foram utilizadas no sentido de ampliar os conhecimentos sobre a Autogestão e a Economia Solidária para todos os atores sociais envolvidos nesse projeto, gerando mais autonomia, democracia nas decisões e descentralização de funções para uma formação mais adequada ao mundo solidário.

#### **• As Reuniões**

As reuniões ocorreram em várias datas diferentes e eram compostas por todos os envolvidos no curso de especialização. Tinham como fundamento discutir os objetivos da especialização, seu formato e os componentes curriculares que foram finalizados após os cursos de capacitação dos docentes.

Com a aprovação da resolução do curso, outras reuniões foram feitas para decidirem sobre a divulgação e a execução das matrículas da especialização.

No dia 16/12/2011, na fase final do semestre letivo da UFCG, houve uma reunião com os coordenadores de cada polo para avaliarem e discutirem essa fase inicial do curso com o intuito de buscarem melhorias para o curso e o cumprimento de seus objetivos propostos.

## • Conclusão do Curso EJA ECOSOL e Trabalhos de Conclusão de Curso

Ao término da oferta do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com ênfase em Economia Solidária para o Semiárido Paraibano, foram observadas algumas mudanças de mentalidade sobre a economia solidária, a autogestão e os seus princípios, pois associações foram criadas e os professores começaram a inserir a economia solidária nas salas do EJA, gerando retornos positivos para o curso, além da conclusão de mais de 200 (duzentos) trabalhos de conclusão de curso sobre o tema EJA e Economia solidária nos *campi* oferecidos pela UFCG. Particularmente, o *Campus* de Sumé, objeto de nosso estudo, teve a geração de 28 (vinte e oito) TCCs sobre o tema da especialização.

Dentre os TCCs concluídos e defendidos, podemos citar alguns títulos, como: “Cooperativa de reciclagem: uma possível solução para os catadores de resíduos sólidos da cidade de Monteiro-PB, com base nos princípios de economia solidária”; “A marginalização da educação de jovens e adultos e a precarização do processo de ensino e aprendizagem”, “Análise das práticas associativistas e solidárias na associação de pescadores do município de Sumé – PB”; “A importância da matriz pedagógica do MST: um estudo de caso sobre a inserção das mulheres nas políticas públicas no assentamento Zé Marcolino” e “Arranjo produtivo local e desenvolvimento local: um estudo sobre a agricultura orgânica e familiar do município de Monteiro – PB” (ver Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição de temas de economia solidária nas monografias do Curso EJA ECOSOL com ênfase em economia solidária para o Semiárido Paraibano

TEMAS	QUANTITATIVO	%
Assentamento	1	3,6
Associação	11	39
Contribuições do EJA	6	21,4
Cooperativa	1	3,6
Políticas públicas	2	7,2
Relação entre currículo e mundo do trabalho	1	3,6
Agricultura orgânica e familiar	1	3,6

Inovação nos empreendimentos solidários	1	3,6
Sítio e água doce	1	3,6
Caprinovinocultura	1	3,6
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e incentivo à economia solidária	1	3,6
Educação popular	1	3,6
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>100</b>

Fonte: Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários da UFCG (2014).

Esses quantitativos citados indicam a relação da teoria e da prática vivenciada pelos alunos do *Campus* de Sumé, o que pode não ter acontecido em outros *campi* onde o curso foi oferecido, já que as dinâmicas de aula foram diferenciadas, dependendo da abordagem teórico-metodológica de cada professor em suas práticas e metodologias de ação na formação dos atores sociais para a economia solidária e a autogestão.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A incubadora de empreendimentos econômicos solidários da UFCG precisa mostrar para as mulheres do CAVI o real sentido da palavra emancipação, libertação, para que estas se apropriem da autogestão e, com isso, aprendam a gerir da melhor forma possível o seu empreendimento, seguindo os princípios de igualdade, solidariedade e fraternidade, que são pilares da economia solidária. Portanto, novos estudos nessa área podem contribuir para o movimento da economia solidária em todo o mundo.

O Centro de Arte em Vidro possui parcialmente processos autogestionários e emancipatórios de seus atores sociais, precisando ainda passar por muitos treinamentos, diálogos, cursos, palestras, reuniões, melhorias, busca de mais recursos financeiros e a verdadeira luta pela emancipação.

A emancipação dos atores sociais do curso EJA ECOSOL *Campus* Sumé ocorria sempre que os discentes faziam seus trabalhos individuais, quando alguns

alunos criavam associações e cooperativas e quando aumentavam a sua autoestima diária.

Concluiu-se, portanto, que a IUEES cumpre apenas parcialmente seu papel de propiciar a autogestão em sua gestão, transpassando os conhecimentos autogestionários aos seus empreendimentos, mas de forma descontextualizada e sem muita praticidade para os incubados. Os trabalhadores não conseguem se emancipar de fato, muito menos se autogerirem, pois a autogestão é uma mudança de vida, um transformador de realidades. A autogestão faz com que o trabalhador passe a ver sob outra ótica o processo de produção e busque em parcerias, em união com os demais membros, os resultados esperados, visando a qualidade de vida e a melhoria dos índices sociais, educacionais e econômicos.

Sendo assim, somente através de práticas solidárias e autogestionárias de fato se terá a emancipação dos atores sociais da incubadora e, principalmente, dos sujeitos dos empreendimentos da pesquisa, pois esses seres humanos precisam entender que essa nova alternativa de vida é capaz de transformar a sociedade e de fazer com que a qualidade de vida de todos melhore sobremaneira, considerando ainda que quanto mais existir descentralização das decisões, divisão igualitária das sobras, divisão das tarefas, não exploração do trabalhador e valorização da vida e da natureza haverá uma sociedade melhor.

### REFERÊNCIAS

ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária: a alavanca para um desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. (Coleção Brasil Urgente).

BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. (Ciências Sociais – Passo a passo).

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

EXPERIÊNCIAS DE AUTOGESTÃO:  
METODOLOGIAS E PRÁTICAS DE AÇÃO NA FORMAÇÃO DE ATORES SOCIAIS  
Irene Alves de Paiva e Luiz Antonio Coelho da Silva

GONÇALVES, Luiz Gonzaga. Posfácio: uma reinvenção dos saberes imemoriais nos contos de investigação criminal. In: JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier; MOREIRA, Orlandil de Lima (Org.). **Educação popular e movimentos sociais**: dimensões educativas na sociedade globalizada. João Pessoa: Editora da UFPB, 2008.

INCUBADORA UNIVERSITÁRIA DE EMPREEND. ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS – IUEES/ UFCG. Disponível em: <[www.iuees.ufcg.edu.br](http://www.iuees.ufcg.edu.br)>. Acesso em: 10 set. 2013.

RELATÓRIO final. Programa (Projeto institucional). **Integração das práticas da economia solidária na educação de jovens e adultos na Paraíba**. Sumé, PB. 2011. Feito pelos alunos bolsistas Danuta G. Veneza Gomes, Jackson Epaminondas, Taline Soraly e Maria Lusiane de Araújo, coordenado pela profa. Dra. Lenilde Mérgia R. Lima e orientado pela Profa. Dra. Crislene R. da Silva Morais.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fund. Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, André Ricardo. **Um exame da Economia Solidária**. Texto baseado em resultados de pesquisa com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo, 2011.

SOUZA, André Ricardo. **Os laços entre Igreja, Governo e Economia Solidária**. São Carlos: EdUFSCar, 2013. 237 p.

Artigo recebido em: 13/12/2013